

## Corpo-projeto

### *A construção dos corpos: perspectivas feministas.*

STEVENS, Cristina Maria Teixeira; SWAIN, Tânia Navarro (Orgs.).

Florianópolis: Editora Mulheres, 2008.

O que é um corpo? Hormônios, sangue, órgãos, aparelho reprodutor? *A construção dos corpos*, organizado por Cristina Maria Teixeira Stevens e Tânia Navarro Swain, reúne artigos que revelam muitos corpos sob o significado corpo. O livro é composto de 12 artigos escritos por sociólogas, historiadoras, psicólogas, educadoras e críticas literárias espalhadas entre Brasília, São Paulo e Rio Grande do Sul. Essa diversidade de áreas do conhecimento produz uma riqueza singular nas abordagens sobre o corpo, o desejo, a reprodução e a subversão das normas. Corpo dócil, inútil, domesticado, abjeto, celibatário, puro, lugar de produção de invisibilidade; corpos que resistem, subversivos. A urdidura dos artigos nos expõe a um léxico singular que marca um campo de estudos caracterizado por uma disputa com concepções naturalizantes e essencialistas sobre as identidades. O livro é resultado de trabalhos apresentados no Seminário Internacional Fazendo Gênero, em 2006.

O artigo "A construção de corpos sexuados e a resistência das mulheres: o caso emblemático de Juana Inés de la Cruz", de Ana Liési Thurler, é uma contribuição lapidar na luta pela visibilização de personagens femininas que afirmaram a importância da participação da mulher na vida política e pública. Juana Inés de la Cruz, mexicana, viveu entre 1651 e 1695, ingressou no Convento das Carmelitas Descalças aos 16 anos. Ana Liési aponta que a entrada para a vida religiosa pode ser entendida como uma estratégia de resistência, afinal, ali poderia ler, escutar música, escrever e conviver em um ambiente exclusivamente feminino. Nesse

ambiente, Juana escreveu defesas do direito à educação da mulher e à interpretação das Escrituras.

Mediante a história de Juana Inés, Ana Liési nos revela a disputa que circulava nas sociedades ocidentais em pleno processo de reorganização do contrato social. Ela viveu em um contexto histórico marcado por redefinições das posições que os gêneros deveriam ocupar na redistribuição dos poderes. Essa releitura caminhava de mãos dadas com a mudança que também estava em curso para a interpretação dos corpos do isomorfismo para o dimorfismo. Será a suposta diferença natural entre os sexos que sustentará as teses de contratualistas para justificar a exclusão da mulher da vida pública. Juana Inés seria a prova de que teses fundamentadas na estrutura biológica eram determinadas não por descobertas revolucionárias das ciências, mas por interesses de gêneros.

Ana Liési, ao mesmo tempo que nos apresenta a obra e a vida de Juana Inés, discorre sobre o pensamento de John Locke, um dos fundadores do contrato social moderno. O projeto de estruturação dos estados modernos esteve atrelado a novas configurações dos gêneros e, simultaneamente, à produção da matriz heterossexual. Para Locke, o consentimento livre da esposa à subordinação ao marido, por meio do contrato do casamento, não seria uma imposição, mas algo natural, consentido. Os contratualistas são intelectuais responsáveis pela tessitura de um dos dispositivos discursivos que formarão a matriz heterossexual e que encontrarão inteligibilidade nas complementaridades sexual e de gênero.

Ao pôr em diálogo Juana Inés e John Locke, Ana Liési termina por nos revelar as disputas e resistências em torno das verdades para os gêneros que estavam em processo de mudança. Juana Inés fez de sua vida um contraponto às normas então produzidas para presidir a vida das mulheres. A polaridade Locke e Juana é uma síntese dos acontecimentos mais amplos que ocorriam nessa época.

O artigo "Corpos que escapam: as celibatárias", de Cláudia Maia, dialoga com o de Ana Liési visto estabelecer genealogias que desnaturalizam a distribuição desigual de poder entre o masculino e o feminino. A autora analisa as estratégias discursivas articuladas pelas enunciações médico-científicas, nas primeiras décadas do século XX no Brasil, as quais tinham o corpo celibatário feminino como a negação da natureza feminina. A referência de normalidade é o corpo feminino procriativo, no âmbito de uma relação regulada pelo Estado. A autora analisa a crônica *A tragédia das solteironas*, escrita em 1937 por Berilo Neves, na qual as mulheres não procriativas são interpretadas como seres portadores de corpos defeituosos, doentes e inúteis. A matriz heterossexual atrelada à biopolítica do Estado, que teve nos contratualistas alguns dos seus idealizadores, estava em pleno funcionamento. Um dos pontos fortes do artigo de Cláudia Maia está em apontar as fissuras e resistências que o dispositivo da sexualidade, nesse momento histórico, encontrava. A autora resgata os trabalhos de Maria Lacerda de Moura e Ercília Nogueira, feministas que criticam os discursos hegemônicos que destinavam e aprisionavam a mulher ao papel exclusivo de donas de casa. Cláudia Maia observa que há um alcance limitado dessas críticas à medida que a maternidade, instituição fundante da heterossexualidade compulsória, não é objeto de desconstrução na obra das feministas.

Os artigos da coletânea têm movimentos internos similares. Ao apontar o corpo como um lugar saturado de discurso, de poder, destacam as possibilidades de resistências, de fissuras. Além dessa questão, pode-se notar que há um núcleo de autores que se repetem nas referências bibliográficas, com destaque para as obras de Michel Foucault e Judith Butler. Possíveis pontos de unidade não retiram a singularidade de cada artigo, tampouco se pode esperar leituras uníssonas sobre conceitos e experiências, a exemplo da discussão sobre a maternidade desenvolvida por Cláudia Maia e Cristina Stevens. A maternidade para Cláudia Maia é uma instituição política, daí a leitura que médicos fazem do corpo celibatário, doente, varonil ou frígido. Assim, não é consequente criticar a heteronormatividade, para a autora, sem considerar a maternidade como uma das formas privilegiadas de controle dos corpos femininos.

A maternidade, para Cristina Stevens, no artigo "O corpo da mãe na literatura: uma ausência presente", tem uma potência

subversiva que deveria ser recuperada como prioritária pelos discursos e estudos feministas. A experiência da maternidade é analisada mediante a leitura da escritora Michelle Roberts, que destacará as fantasias inconscientes sobre a maternidade presentes em sua obra. Os romances da autora são analisados por Cristina Stevens como uma tentativa de pensar a maternidade para além da dualidade natureza/cultura, o que possibilita repensá-la a partir de uma perspectiva que desconstrói a mística da maternidade como identidade institucional imposta, para afirmá-la, conforme Cristina Stevens, como admirável experiência inovadora. Outra obra interpretada por Cristina Stevens é a do autor D. M. Thomas. Nessa obra, a autora destacará o caráter performático dado à questão do corpo da mãe e da maternidade.

Afirmar a maternidade como uma experiência singular do corpo-fêmea não significa que a autora não esteja atenta às armadilhas criadas pelas idealizações para a realização feminina pela reprodução. Cristina Stevens recupera a discussão tensa entre natureza e cultura, e, ao apontar a positividade dessa experiência, não resvala nos essencialismos que apontam uma suposta condição feminina ancorada na diferença sexual.

Da mesma forma que as outras autoras privilegiam pontos de tensão para pensar as rupturas e a reprodução da ordem de gênero, Cristina Stevens destacará os significados contraditórios da maternidade, entendendo-a como um lócus de poder e opressão, autorrealização e sacrifício, reverência e desvalorização.

Outra riqueza dessa coletânea está na pluralidade das pesquisas e do material utilizado. Ana Liési faz um estudo histórico do impacto da obra de Juana de la Cruz; Cláudia Maia debruça-se sobre textos de literatura e de escritoras feministas brasileiras de década de 1940; Cristina Stevens lê obras literárias para pensar a representação da maternidade. No artigo de Diva Muniz, há um resgate da dimensão desnaturalizante e desessentializadora que a introdução do conceito de gênero representou nos estudos feministas. É municiada com esse arcabouço teórico, previamente analisado, que Diva Muniz nos apresenta sua interpretação do filme "O segredo de Brokeback mountain".

Nos artigos, "Sobre gênero, sexualidade" e "O segredo de Brokeback mountain: uma história de aprisionamentos", Diva Muniz fará uma importante e competente defesa da categoria gênero. Para ela, a introdução dessa categoria

possibilitou pensar mulheres e homens não como essências biológicas predeterminadas, anteriores à história, mas uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos/saberes instituintes. A autora afirmará que os estudos orientados pela categoria analítica gênero recusam os limites empobrecedores de uma abordagem descritiva e disciplinar. Dessa nova perspectiva advêm as possibilidades subversivas. Sua força desestabilizadora estaria na capacidade de desnaturalização e desencialização do binarismo que caracterizara os estudos sobre as mulheres.

Para Diva Muniz, a recepção ao gênero pelos estudos históricos processou-se sem a necessária problematização. Nessa adoção descritiva e despolitizada, gênero tornou-se sinônimo de mulheres, de estudos das mulheres. A autora estabelece uma aliança teórica com um campo que pensa gênero como produto e processo de diferentes tecnologias sociais, aparatos biomédicos, epistemologias, práticas críticas institucionalizadas e práticas da vida cotidiana. Nesse sentido, o gênero, assim como o sexo/sexualidade, não é algo existente *a priori* nas pessoas, mas um conjunto de efeitos que fazem corpos.

A segunda parte do seu artigo é dedicada à leitura do filme "O segredo de Brokeback Mountain". A autora nos oferece uma leitura dos mecanismos de produção/reprodução do sistema de gênero na história de amor, silenciamento, aprisionamento, homofobia internalizada e violência que marca as biografias do casal Ennis e Jack.

Se no artigo de Diva Muniz há uma defesa da força do conceito de gênero, Heleieth Saffioti, em "A ontogênese do gênero", discutirá os limites desse conceito. A autora propõe a revitalização da noção de diferença sexual, assim como da importância de seguir adiante com os estudos sobre mulher. Isso se justifica à medida que a situação das mulheres não mudou substancialmente nas últimas décadas, segundo a autora. A ênfase do seu artigo está nas formas de reprodução das estruturas assimétricas de gênero. Em sua crítica à utilização do conceito de gênero, afirmará que há um esquecimento do caráter biológico que constitui o ser social. A leitura dos artigos de Heleieth Saffioti e de Diva Muniz nos revela que o gênero está em disputa no âmbito das relações sociais e entre as/os pesquisadoras/os. Não há consenso.

A diversidade dos gêneros, os conflitos e as violências que fundam as identidades de

gênero revelam que gênero e biologia se comunicam na exata medida em que a própria biologia já nasce generificada. O que entendemos quando falamos de mulheres oprimidas? De estrutura biológica? Nessa taxinomia orientada pela biologia para dividir as espécies, onde caberiam as mulheres transexuais? E mais: onde estariam as mulheres lésbicas transexuais que trazem em suas biografias camadas sobrepostas de exclusão e violência?

Além disso, conforme apontou Diva Muniz, resgatando Judith Butler,<sup>1</sup> ainda que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição, não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois.

Heleieth Saffioti afirma que "[...] é exatamente este fundamento biológico o elemento não problematizado no conceito de gênero" (p. 175). A dimensão biológica aparece no conceito de gênero não como um dado, estático, mas permanentemente desconstruído, desnaturalizado, em suspeição.

O que significou os estudos sobre as mulheres em termos de naturalização foi discutido pelo artigo de Diva Muniz. Há pesquisadores/as que continuam operando o olhar sobre as relações sociais de gênero com o olhar binário dos estudos sobre as mulheres. A invisibilidade das mulheres com cromossomos XX, das mulheres transexuais, das travestis e das lésbicas é um fato, no entanto, ao se propor visibilizar as mulheres XX, mediante a recuperação da centralidade dos estudos sobre mulheres; seria importante dizer de que mulheres Heleieth está reivindicando visibilidade. Seria das mulheres heterossexuais brancas? Das mulheres negras lésbicas? Das mulheres transexuais lésbicas? Ainda que se saiba que as hierarquias de gênero produzem uma profunda exclusão do feminino, é limitador e produtor de novas invisibilidades equacionar mulheres XX como o feminino e homens XY como o masculino.

Quando a autora afirma "seja no sentido de ter muitos filhos ou de ter apenas um, o fato é que as mulheres são manipuladas, estando o controle do exercício de sua sexualidade sempre em mãos masculinas" (p. 156), termina por produzir a invisibilidade de mulheres que fazem a opção por ter seus/suas filhos/as sozinhas e de casais lésbicos que lutam na justiça pelo direito à adoção e que decidem ter seus/suas filhos/as em novos arranjos familiares. Essas novas configurações tornam temerário afirmar que "a natureza do patriarcado continua a mesma" (p. 157).

O conceito de gênero, para Heleieth Saffioti, pode representar uma categoria meramente descritiva, embora prefira a utilização de "categorias de sexo". Concordo com Diva, quando afirma que "uma das razões, porém, do recurso ao termo gênero foi, sem dúvida, a recusa do essencialismo biológico, a repulsa pela imutabilidade implícita em 'anatomia é o destino'" (p. 120). O conceito de gênero não é palatável ou confortável, principalmente no âmbito dos estudos *queer*, marco teórico que me orienta na leitura dos artigos desta coletânea. Nas últimas décadas, nota-se uma considerável produção de pesquisas sobre o caráter performático das identidades de gênero, com isso, a tese de que há identidades de gênero normais e outras transtornadas foi posta em xeque e abriu um tenso e intenso debate com o poder médico.

Para os estudos *queer*, gênero pressupõe luta, não há espaço para neutralidade, mas para disputas, inclusive com a visão heterocentrada, que orientou e segue orientando parte dos estudos feministas. Gênero não é a dimensão da cultura por meio da qual o sexo se expressa, conforme afirma Heleieth, pois não existe "sexo" como um dado pré-discursivo. O sexo, conforme Butler, sempre foi gênero.<sup>2</sup> O artigo de Heleieth Saffioti é importante à medida que nos revela que "gênero" está em disputa.

A autora nos apresenta uma leitura pouco otimista das mudanças nas relações entre os gêneros, posição contrastante com outros artigos da coletânea, a exemplo do artigo de Margaret Rago e Luana Saturnino Tvardovskas.

Norma Telles, em "Bestiários", leva-nos ao mundo mágico da obra das artistas Leonora Carrington e Remédio Varo. Os livros das bestas, populares durante a Idade Média, são recuperados pelo surrealismo, movimento artístico que as influenciou consideravelmente. As taxonomias das espécies cedem lugar aos híbridos, aos devaneios na obra das artistas. Norma Telles analisa como o pensamento vai sendo deslocado para a vida animalizada. Todo o esforço da ciência moderna em separar o mundo humano do mundo animal é posto em xeque pelos surrealistas e, particularmente, pelas artistas. Ao analisar contos e quadros das artistas, a autora aponta para a interação de animais e humanos, o que resulta em um mundo fantástico, onírico, onde imperam a indeterminação e a incerteza. A irreverência está presente na criação de corpos femininos, marcados pela liberdade animal. O híbrido das personagens e figuras, segundo a autora, supera as limitações

definidoras, aproximando realidades distantes e desconstruindo os gêneros.

Para Norma Telles, o binarismo arraigado e disseminado por todas as esferas da sociedade é posto em suspeição quando a confusão e a perturbação são resgatadas como matéria-prima para a produção das artistas. A abjeção de corpos sem definição, meio animal, meio gente, cria um campo de reflexão sobre normalidade e patologias. As artistas, seus quadros e contos, não exigem provas nem verdades únicas. Apresentam novos arranjos, anedotas, para apresentar a maleabilidade do corpo, dos seres, das metamorfoses.

O horror à indeterminação e à confusão no processo de classificação dos gêneros resulta na ideia de que a normalidade dos gêneros está baseada na diferença sexual. A verdade do sexo não permite ambiguidades. Homem e mulher não se confundem nunca, afirma o saber médico. A confusão e o hibridismo, se existem, são expressões de corpos enfermos. Caberia à ciência corrigir os erros da natureza. Dessa forma, as transexuais e travestis seriam casos de hibridismo que encontram o único lugar possível de existência nos compêndios médicos. São experiências identitárias carimbadas como transtornos. Quando Leonora Carrington e Remédio Varo representam um mundo sem a suposta coerência linear e binária que estrutura o pensamento moderno, dizem-nos que há muitos mundos. O hibridismo não é algo externo ao humano, mas está presente em nossos sonhos, em nossos desejos e nas subjetividades.

Os artigos de Silvana Vilodre Goellner e Tânia Fontenele-Mourão apresentam resultados de pesquisas que analisam processos de construção de corpos femininos pautados pelas idealizações do gênero feminino. O artigo "Cultura *fitness* e a estética do comedimento: as mulheres, seus corpos e aparências", de Silvana Vilodre Goellner, discute a cultura *fitness* como mecanismos que funcionam em torno da construção de uma representação de corpo como sinônimo de saúde e beleza. O corpo trabalhado é associado a termos plenos de positividade, dentre eles, "bem-estar", "qualidade de vida" e "vida saudável". Para Silvana Vilodre, a cultura *fitness* desdobra-se de diferentes maneiras e, de forma persuasiva, captura as mulheres com a promessa de felicidade.

Um dos pontos que podem ser destacados, a partir das reflexões da autora, é o caráter incluso da construção dos corpos genericados. A ideia de corpo-projeto materializa-se nas

práticas que constituem a cultura *fitness*. O corpo apresenta-se como uma substância precária que precisa da confirmação e do reconhecimento da feminilidade e masculinidade, e que, nesse caso, encontra nas práticas de remodelação, fabricação e consertos dos “defeitos naturais” os dispositivos para tornar-se real. As idealizações de gênero nos levam para lugares inabitáveis, um não-lugar, mas que operam ações, opções e desejos. Já nascemos com débitos e teremos a vida inteira para consertar os erros originais. Esse me parece ser o eixo principal do artigo de Silvana Vilodre. Fazer dietas, aumentar ou diminuir partes dos corpos, injetar produtos, suar e suar, são práticas que revelam o caráter ficcional de um corpo feminino original que nasce pronto.

As múltiplas tecnologias de gênero estão em pleno funcionamento, determinando lugares específicos para se fazer o trabalho de reconstrução dos corpos: academias, clínicas, centros de estética, enfim, fábricas de produção de corpos inteligíveis. A experiência corpórea, materializada em determinadas performances, constitui as subjetividades de gênero, ou seja, a ideia ou promessa de felicidade está diretamente vinculada às formas corpóreas que se têm. Eis uma promessa que já nasce fadada ao fracasso.

No artigo “Mutilações e normatizações do corpo feminino – entre a bela e a fera”, Tânia Fontele-Mourão apontará outras tecnologias que produzem feminilidade, calcadas em sacrifício, dor, riscos. Escovas progressivas, dietas rigorosas, depilação, próteses, são práticas de reconstrução corporal, a exemplo da análise do culto *fitness*, que nos expõem com dureza o caráter ficcional de se pensarem identidades de gênero como uma substância, desvinculado das práticas, conforme discutirá Tânia Navarro em seu artigo. A proliferação de novas tecnologias de gênero e o crescente consumo pelos femininos e masculinos produzem uma inversão: práticas antes vinculadas exclusivamente a travestis e transexuais passam a ser rotinizadas em amplas esferas sociais. A proliferação do uso múltiplo do silicone seria uma marca das identidades protéticas que se caracteriza pela promessa de felicidade mediante reconstrução dos corpos.

Esses processos mais radicais e incisivos de intervenção/fabricação produzem novas formas, porém não originais, de refazer o feminino. São mulheres cromossomalmente XX que parodiam práticas e performances vinculadas ao mundo trans. Nesse sentido, as pesquisas de

Tânia Fontele-Mourão e Silvana Vilodre são fundamentais para pensar os canais de comunicação entre os muitos femininos, sem perder de perspectiva os aprisionamentos e as potencialidades de resistência que derivam da biopolítica contemporânea aliada às novas tecnologias de gênero que circulam pela sociedade.

Para Tânia Fontele-Mourão, o desejo de intervenções é interpretado como uma patologia feminina que potencialmente poderia gerar resistência e rebelião, mas que é manipulada para servir à manutenção da ordem estabelecida. Sintoma desse nível de patologia coletiva seria o fato de que nove em dez mulheres entre 15 e 64 anos querem mudar algum aspecto de corpo, principalmente peso e forma de corpo, conforme pesquisa realizada pela Dove.

A histeria, a agorafobia e a anorexia, para a autora, não são patologias individuais, mas expressões de um nível de sofrimento resultado dos aprisionamentos e controles do corpo feminino. Os corpos esqueléticos das anoréxicas, o desespero das histéricas, a ansiedade das agorafóbicas, são protestos inconscientes, incipientes e contraproducentes, pois são experiências corpóreas e existenciais que não se constituem em voz política, mas estão ali revelando os aprisionamentos de um sistema de gênero que prega, como se mantra fosse, que a felicidade está em ter um corpo adequado aos padrões estéticos. A doença como sintoma de um sistema de gênero que desvaloriza o feminino e captura seus corpos também é analisada por Tânia Navarro Swain, em seu artigo nessa coletânea, quando observa que a TPM seria uma fórmula de interiorização e controle das mulheres, agrilhando-as a um corpo que dita seu comportamento e sua ação no mundo.

Os artigos de Guacira Lopes Louro, “O ‘estranhamento’ queer”, e de Margaret Rago e Luana Tvardovskas, “O corpo sensual em Márcia X”, esboçam reflexões *queer* sobre identidades, corpo e desejo. Guacira Lopes Louro apontará a proposta dos estudos *queer* como uma bússola teórica que oferece fundamentos radicais para a desconstrução da heronormatividade e do binarismo de toda ordem. A autora reconhece a força do binarismo que opera em todas as esferas sociais, inclusive no interior dos grupos chamados minoritários. A política de identidade fixa uma identidade gay, uma identidade lésbica, uma identidade feminina. No campo da luta das minorias, também se produzem exclusão e invisibilidades. As margens produzem seus

centros e periferias, hierarquizando performances, tornando uma expressão, ou jeito de estar no mundo, mais legítima.

A autora destacará a força das normas sociais regulatórias que pretendem que um corpo, ao ser identificado como macho ou fêmea, determine, necessariamente, um gênero (masculino ou feminino) e conduza a uma única forma de desejo (que deve se dirigir ao sexo/gênero oposto). O processo de heteronormatividade, ou seja, a produção e reiteração compulsória da norma heterossexual, inscreve-se nessa lógica, supondo a manutenção da continuidade e da coerência entre sexo/gênero/sexualidade.

A discussão teórica apresentada por Guacira Lopes Louro dialoga com a leitura *queer* que Margareth Rago e Luana Tvardovskas fazem da obra de Márcia X. As autoras destacam a força desestabilizadora da artista plástica, que, em suas instalações, brincava com objetos sagrados, a exemplo do terço, produzindo deslocamento de olhares, corpos, sexualidade e desejo. A sua crítica ao falocentrismo tem um forte componente *queer*, à medida que inverte polos, desloca olhares, cria instabilidades. Para as autoras, a obra da artista revela a capacidade de autonomia das mulheres e seu desejo de transformar sua economia desejante, desconstruindo os discursos misóginos masculinos, que visam impor-lhes uma identidade construída do exterior. Márcia X desenvolve performances e instalações, questionando o estatuto da arte e do artista na sociedade, do corpo e da sexualidade, da normalidade e da perversão.

Em uma de suas performances, apresentou-se vestida com uma camisa e uma cueca, onde abrigava um volume que simulava o órgão sexual masculino. A imagem da mulher sensual era, em seguida, quebrada pela visão ambígua da genitália. Em outro momento, a artista apresenta uma instalação com muitos terços formando um pênis enorme. Embaralhamento das fronteiras instituídas, diluição das oposições binárias, são marcas na obra dessa artista, segundo Margareth Rago e Luana Tvardovskas, que destacarão que as mulheres, que já não são ingênuas nem castas, ousam brincar com o desejo, afirmar o prazer, insinuar e expor o corpo, borrando ou desfazendo insistentemente as fronteiras do normal e do perverso. A obra de Márcia X seria uma referência para essas mudanças.

Em "Reações hiperbólicas da violência da linguagem patriarcal", Marie-France Dépêche realiza uma importante reflexão sobre a

linguagem como criadora de realidades, principalmente os atos linguísticos violentos. Os atos da fala produzem invisibilidades e posições de poder. A força da linguagem com modalidade constitutiva das normas de gênero é um dos pontos fortes na análise e posição política dos estudos *queer*. A negatividade do insulto é invertida, transformando em parte estruturante das identidades. Portanto, recuperar a linguagem como um campo de disputa na luta pela transformação radical das relações assimétricas de gênero é uma estratégia fundamental. É dessa luta que nos fala Marie-France Dépêche. Conforme discorre, o conceito de linguagem não se restringe a um sistema de signos, fixos, a-histórico. A linguagem é uma instituição instável, um lugar de exercício do poder, de confronto entre forças adversas e, portanto, potencialmente violenta, principalmente quando define, a partir dos corpos, os lugares de fala e de inserção sociopolítica.

No debate sobre as formas de violências físicas e simbólicas contra a mulher, a autora destacará que a prostituição é a expressão maior dessas múltiplas violências contra as mulheres. No entanto, sua posição carece de uma escuta mais atenta das mulheres trabalhadoras sexuais, sujeitas que vivem, produzem, reproduzem e interagem no mundo do comércio sexual. Uma concepção que não lida com as muitas variáveis e imponderáveis que constituem esse campo social acaba por produzir uma reificação das relações que acontecem no seu interior. Parece-me simplismo transferir a responsabilidade exclusiva para os homens de práticas e relações continuamente negociadas. Se a realidade é multifacetada, escorregadia, quando se trata de trabalho sexual e trabalhadoras sexuais, esse nível de incertezas é potencializado.

As mulheres trabalhadoras sexuais não são desprovidas de agência. Uma das lutas dessas trabalhadoras é pelo reconhecimento profissional e acesso aos direitos e às obrigações previdenciárias. Diante dessa demanda, o que fazer? Dizer-lhes: não, a luta é pela extinção do trabalho sexual, pois esse trabalho é uma degradação da mulher? Esse argumento é o mesmo utilizado pelos defensores da família heterocentrada. Valeria perguntar qual a fonte explicativa para trabalho sexual masculino. Seria, então, apenas uma inversão dos polos, ou seja, os homens veem seus corpos "apropriados" pelo conjunto de mulheres?

Tânia Navarro Swain, em "Entre a vida e a morte, o sexo", faz uma crítica radical à

centralidade do sexo na vida contemporânea, alertando-nos sobre a força do dispositivo da sexualidade. Para a autora, diante do massacre a que somos submetidos/as diariamente com mensagens de que só é possível ser feliz com muito sexo, de que não existe vida fora da sexualidade compulsória, devemos denunciar que esses enunciados são estratégias a serviço da heterossexualidade compulsória e da heteronormatividade, ou seja, esses enunciados criam aquilo que dizem descrever.

Uma vigilância permanente, não aceitar o hegemônico, fazer do corpo um manifesto de recusa às idealizações, ao dispositivo da sexualidade e ao dispositivo amoroso, revelar os aprisionamentos e promover resistências capilares, reconstruindo o corpo como espaço de resistência e negação dos padrões hegemônicos, são questões que atravessam o artigo de Tânia Navarro. Seu texto tem cheiro, vida, suor, posicionamento. É prazerosa sua leitura porque produz reverberações na subjetividade da leitora. Os bons textos são aqueles que ao lê-los ficamos com a agradável sensação de que estamos sendo lidos, plagiando Mário Quintana. Eis a sensação que Tânia Navarro despertou-me ao analisar a necessidade de um mundo que funcione a partir de uma nova estética da existência que não produza dor, exclusão e violência contra os corpos construídos na condição de abjetos.

A autora articula seu desejo com uma discussão teórica que nos fala de deslocamento, nomadismo, inconformismo. A estética da existência leva a autora a pensar sobre a produção crítica de si, sujeito político e histórico, quebrando os grilhões do natural, da sexualidade compulsória e das novas servidões que se anunciam ao criar nossos corpos.

A radicalidade do seu texto está em relacionar sexualidade à posse, à traição, à honra, à autoestima, à emoção, valores que se confundem em torno de corpos definidos pelo poder de nomeação, pela performatividade dos comportamentos codificados pelo social, pelas condições de imaginação que esculpem modelos.

\*\*\*

Uma ausência do livro refere-se às reflexões sobre os processos de construção dos corpos masculinos. Essa ausência pode gerar certo incômodo, pois pode sugerir que exclusivamente o corpo feminino foi objeto de reiteradas inversões discursivas para a construção da

heteronormatividade e que os homens, os que formulavam essas estratégias, estivessem fora dessa matriz, como se fossem portadores de uma natureza que os predispõe à virilidade e à competição e tenham um desejo intrínseco pelo controle do feminino. Seria a produção da ideia de que o feminino está para a cultura e o masculino, para a natureza?

Essa ausência, no entanto, não retira do livro sua força e originalidade. Navegamos por um léxico que marca o campo de estudos sobre o corpo, desejo, poder, biopoder, e que está em disputa com o poder/saber médico e com as ciências psi. Muitos corpos nos são apresentados ao longo dos 12 artigos, o que faz cair por terra a ideia de que nascemos e vivemos com um único corpo. Mudamos, nossos corpos mudam. A imagem de uma humanidade com dois corpos, pautados na diferença sexual, evapora-se.

Vivemos em uma época pós-humana. O corpo é refeito, retocado, manipulado, seja para adequar-se às normas ou para subvertê-las. Um humano ciborgue, protético, revela-nos que a busca do masculino e do feminino, fundamentada em uma origem biológica, é um conto de fadas ou um conto de terror. Conforme apontou Norma Telles, vivemos em uma época dos corpos fragmentados, que desfazem e refazem a forma humana, sem uma fixação, mutável.

Os ciborgues sociais precisam de reconhecimento para ter vida. Não se reconstróem corpos para si mesmo. O desejo de reconhecimento, de felicidade, faz-nos seres para os/as outros/as. Estamos sempre em relação e em disputa. Nenhuma identidade sexual e de gênero é absolutamente autônoma, autêntica, original, facilmente assumida, isolada. Toda a maquinaria posta em movimento para fazer corpos dóceis ou corpos rebeldes só encontra sua eficácia se produz algum nível de reconhecimento. A identidade é um construto instável e mutável, uma relação social contraditória e não finalizada.

#### Notas

<sup>1</sup> Judith BUTLER, 2003.

<sup>2</sup> BUTLER, 2003.

#### Referências bibliográficas

- BENTO, Berenice. *A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FONSECA, Claudia Lee Williams. "A dupla carreira da mulher prostituta". *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 7-34, 1996.

HARAWAY, Donna. *Simians, Cyborgs and Women: The Reinvention of Nature*. New York: Routledge, 1991.

PISCITELLI, Adriana Garcia. "Entre as 'máfias' e a 'ajuda': a construção de conhecimento no tráfico de pessoas". *Cadernos Pagu*, São Paulo: Unicamp, v. 31, p. 29-65, 2008.

Berenice Bento ■

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## O enfrentamento pela via legal: a utilização do aparato jurídico por mulheres pobres nas primeiras décadas republicanas

*"Que tenhas teu corpo": uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas.*

SCHETTINI, Cristiana.

Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

Tradução literal da expressão latina *habeas corpus*, "Que tenhas teu corpo" é resultado da tese de doutoramento em história social de Cristiana Schettini, defendida na Unicamp em 2002. O sugestivo título faz alusão a um dos caminhos escolhidos pela autora em sua pesquisa, os meandros do espaço legal e a utilização de seus recursos por populares no Rio de Janeiro no período de estabelecimento do regime republicano no país. Tal recorte temporal já foi objeto de várias frentes de pesquisa, o que poderia sugerir um questionamento quanto à escolha da autora em revisitar aqueles conturbados anos de estruturação política e de reforma espacial pelos quais passava a Capital Federal.

Tais receios se dissipam à medida que Schettini apresenta-nos seu argumento. Extremamente bem articulada, sua narrativa insere o objeto em uma perspectiva não explorada por seus antecessores. É sob um olhar arguto que a autora nos leva a caminhar novamente por ruas e becos, bares, botecos e hospedarias,

frequentados pela população pobre, e perceber, nas mulheres que exerciam a prostituição e em seu inquebrantável esforço em resistir às constantes interferências sobre seus modos de vida, uma nova leitura do Rio de Janeiro de então.

Estruturado em três capítulos, a autora perpassa o período de vigência do Código Penal de 1890 e analisa três olhares distintos sobre a prostituição que se entrecruzam: o das mulheres que a viviam como uma possibilidade de renda ou forma de sobrevivência, ou ainda mulheres, trabalhadoras pobres, enquadradas como tal à sua revelia, e dos homens que se relacionavam com essas mulheres; a perspectiva das autoridades policiais e seus procedimentos de fiscalização e controle *sui generis* (ainda que frequentemente encontremos estes "homens da lei" inseridos no primeiro grupo); e, por fim, o aparato jurídico e seus embates para classificar, avaliar e penalizar, conforme valores legais em constante discussão, uma "profissão" não regulamentada, mas tolerada e, nesse sentido, aceita.

"Os descaminhos da localização", primeiro capítulo, é construído a partir dos *habeas corpus* que começam a ser impetrados em favor de prostitutas que vinham sendo "convidadas", com excesso de firmeza, a mudar seus endereços, em 1896. A autora observa perspicazmente de que maneira tal ação jurídica adquiriu conotações de situação limítrofe naquele momento. A localização a que caberia a prostituição na cidade estaria na ordem do dia por um longo período e seria uma questão enfrentada constantemente pelas autoridades policiais. A reforma espacial que sofreria a Capital nas

primeiras décadas republicanas impunha a necessidade de se suprimirem possíveis empecilhos para a concretização dos projetos quistos para a cidade; a zona de prostituição, atividade tacitamente consentida, era um enclave a ser removido. É nesse sentido que tais *habeas corpus* irão fomentar um amplo debate, situando-se em meio ao enfrentamento de dois projetos da República para o país, que determinariam as bases sobre as quais o regime estabeleceria-se, em que um tomava por base a valorização do interesse coletivo em detrimento de outro, que visava proteger as prerrogativas individuais dos cidadãos.

Segundo, a autora aborda diversos conflitos advindos das tentativas, nem sempre lícitas, de deslocar as prostitutas para regiões mais afastadas e identifica as formas elaboradas por essas mulheres para "sobreviver às picaretas". Estabelece-se nesse capítulo o paralelo entre as ações policiais, com grande frequência discricionária, e as estratégias das mulheres, descortinando suas redes de solidariedade e auxílio mútuo, passando pelas fissuras no policiamento, entendendo aqui a suscetibilidade de seus componentes serem-se enredados pelo cotidiano daquelas mulheres, até o uso do recurso legal para sua defesa.

"Histórias do tráfico" irá perscrutar as narrativas sobre o tráfico de mulheres brancas aliciadas para a prostituição, sua construção e seus usos. Segundo a autora, tomando ares de verdade absoluta, tais histórias coordenaram debates no âmbito internacional e orientaram decisões jurídicas e procedimentos policiais no Brasil. Sob um caráter de "defesa de mulheres ludibriadas submetidas a uma situação de degradação alheia a sua vontade", a veracidade com que foram recebidas tornou tais histórias legitimadoras a toda sorte de arbitrariedades de procedimentos policiais, desde atos diretos, como a expulsão sumária, até a manipulação de depoimentos no intuito de embasar processos de lenocínio.

A análise desmistifica tais histórias, apontando que, ao rejeitar uma aceitação de pronto, tem-se a desconstrução da imagem da prostituição como um mal originado no estrangeiro; em seguida, observa-se o uso do "tráfico" como fomentador de estereótipos, ao caracterizar a figura do cãften também como estrangeiro, principalmente de origem judaica. O foco na figura do estrangeiro é lido pela autora como uma permanência da estratégia florianista de estabelecer um inimigo comum para depositar as origens dos problemas

nacionais. Nesse sentido, o judeu elege-se como principal alvo, em virtude da sua dissemelhança cultural e religiosa e, até mesmo por conta disso, do seu estabelecimento através de comunidades restritas orientadas por essas relações internas, que surgiam aos olhos alheios como uma rede fechada e inacessível, logo suspeita.

Isentando a sociedade brasileira de promover ou gerar tal mal, e tendo encontrado a quem direcionar sua procedência, promovia-se um clima de suspeição generalizada direcionado a estrangeiros que estabeleciam relações nos ambientes onde a prostituição estava presente. O que nos mostra a autora é que a lógica policial se construía sobre um solo fértil em criminosos, pois os espaços da prostituição, além de concentrarem o que restava de moradia de preço acessível, eram também locais de lazer e relações entre a população pobre e trabalhadora do Rio de Janeiro. Suas vidas eram indissociáveis daqueles locais, logo, viam-se constantemente sujeitos a serem implicados em tal categoria de crime. Além disso, as redes de relações estruturadas sob a etnia, um dos mecanismos de proteção e apoio mútuo, eram lidas como a própria estrutura da súcia envolvida no tráfico. Os mecanismos de sobrevivência desses grupos revertiam-se em "agravante acusatório".

Em "Usos do lenocínio", último capítulo, a autora irá centrar sua análise no debate em âmbito judiciário e a sua dificuldade em uniformizar o entendimento, entre os juizes, dos significados da letra da lei, suscitando um debate que percorreria todo o período da vigência do Código Penal de 1890. A prostituição em si não caracterizava um crime, criminoso seria um terceiro que prestasse assistência e/ou fornecesse auxílio a uma prostituta visando lucrar com sua exploração. Durante certo tempo, a imputação do crime de lenocínio estaria subordinada a essa comprovação de que o acusado lucrava com a prostituição de outrem, o que dificultava, mas não impedia, a ação policial. Em 1915, a reformulação desse artigo dispensa a obrigatoriedade da relação de exploração com vistas a lucro, gerando uma indefinição e conseqüente ampliação do campo possível de aplicação da lei. Bastava agora caracterizar o auxílio ou a assistência para incorrer em delito. Na falta de uma qualificação categórica e sem um consenso por parte do Judiciário, tal reformulação encontra nas autoridades policiais os beneficiários de tal amplitude, na medida em que a gama de vinculáveis à prostituição abria-se enormemente.

Nesse movimento, a autora encontra novamente as classes trabalhadoras, seus lazes e divertimentos, passíveis de fiscalização e criminalização.

A autora articula esse último capítulo por meio de processos de lenocínio quase que exclusivamente, mas esses estão presentes nos capítulos anteriores, em diálogo constante com outras fontes, como a imprensa, a literatura jurídica, os romances, a documentação policial, entre outras. A análise empreendida é acompanhada, no decorrer do texto, com uma discussão aberta sobre a necessária postura criteriosa a que deve engajar-se o historiador ao entabular o tratamento com as fontes, principalmente das provenientes do aparato jurídico-policial. Sem eximir-se do debate sobre a “qualidade” de tal documentação, a autora, ao contrário, propõe-se a tê-la à frente de sua análise, empreendimento no qual obtém êxito.

Em um movimento cadenciado, acompanhamos essas mulheres lançando mão de toda sorte de estratégias para seguir suas vidas a despeito da intensa pressão policial. Vemos esses policiais, em contrapartida, articulando e

refinando seus métodos e procedimentos, e nos imergimos no debate jurídico, que buscava estabelecer as significações possíveis para a lei, em uma pendular postura, ora se alinhando ao discurso policial, ora servindo de limite na atuação deste, como nos casos de *habeas corpus* concedidos.

O livro de Cristiana Schettini nos apresenta assim o vagaroso deslocamento das mulheres de janela, das ruas centrais que se desejava embelezar, para localidades mais distantes, como a região do Mangue, que ficou conhecida posteriormente como uma afamada “zona de meretrício”. Mais do que isso, mostra-nos que a conjugação de ingerência policial e exclusão social não acarreta necessariamente aceitação passiva, ao contrário, as formas de resistência podem ser articuladas dentro do próprio espaço legalizado, no qual todos, independente da condição social a que pertençam, possuíam princípio de igualdade.

Janete Eloi Guimarães ■

Universidade Federal de Santa Catarina

## O filho eterno: uma leitura desejante

### *O filho eterno.*

TEZZA, Cristovão.

Rio de Janeiro: Record, 2007.

O romance *O filho eterno*, de Cristovão Tezza, conta a história do amadurecimento de um homem com o nascimento de seu primeiro filho, uma criança com Síndrome de Down. A crítica literária de língua inglesa, sempre preocupada em ‘fichar’ um romance, chama esse gênero literário de *coming-of-age novel* ou *bildungsroman*. No entanto, na orelha do livro somos informados de que o escritor, Cristovão Tezza, baseia a história em sua própria vida, logo, um romance autobiográfico: “Num livro corajoso, Cristovão Tezza expõe as dificuldades, inúmeras, e as saborosas pequenas vitórias de criar um filho com síndrome de Down”. Folheando as primeiras páginas encontramos as epígrafes:

*Queremos dizer a verdade e, no entanto, não dizemos a verdade. Descrevemos algo buscando fidelidade à verdade e, no entanto, o descrito é outra coisa que não a verdade.<sup>1</sup>*

*Um filho é como um espelho no qual o pai se vê, e, para o filho, o pai é por sua vez um espelho no qual ele se vê no futuro.<sup>2</sup>*

A primeira fala sobre ‘verdade’ e a impossibilidade de a verdade ser apreendida mesmo quando a intenção é revelar a verdade. A segunda fala sobre ser pai e ser filho. Antes mesmo de iniciar a leitura, somos informados de que o romance tem como ponto de partida as memórias do escritor Cristovão Tezza, e, ele mesmo, na epígrafe, deixa claro que memórias são essas. Uma história baseada em fatos reais que não tem pretensão de ser a verdade. É a história do relacionamento de pai e filho – e, pela orelha do livro, somos informados de que se trata de um relacionamento com “dificuldades, inúmeras, e as saborosas pequenas vitórias”. Além disso, trata-se de um “livro corajoso” – o escritor é considerado corajoso ao relatar parte de sua vida, ao expor sua família e sua

intimidade. Porém, confesso que me incomoda adjetivar o livro (e o escritor) de “corajoso”, pois “ser corajoso” me remete a livros com relatos (dramáticos) de histórias pessoais – “histórias de coragem e conquistas” – bem nos moldes do mote (ou mantra?) da propaganda política do governo: “sou brasileiro e não desisto nunca”. Talvez só eu tenha feito essa relação mental (que foi automática e com uma pitada de arrogância, admito), mas, de qualquer maneira, ler “livro corajoso” na orelha não me impediu, nem me desanimou, de ler o livro – a epígrafe me deu a impressão de que não se tratava de mais um “relato de coragem e determinação”. Claro que essa orelha foi escrita com propósitos comerciais, afinal, toda história e todo filme “baseados em fatos reais” encontram um certo apelo público. A ideia de alguém que viveu momentos difíceis e superou, ou que não superou, mas o final feliz nos ensina a valorizar a vida e os momentos felizes. Coincidentemente, enquanto eu lia o livro e comentava, durante um almoço com uma amiga, a resposta dela foi: “Ah sei! Vi uma entrevista do autor e esse é o livro que ele escreveu sobre o filho com Down né? Anotei pra comprar. É uma história bonita?”. Respondi: “Bonita? Hmm... define ‘bonita’” (ela não quis ou não soube ou não vinha ao caso naquele almoço). Na hora, eu me lembrei do texto “O valor”, de Antoine Compagnon,<sup>3</sup> e, automática-mente, vários outros textos foram pipocando na minha cabeça, textos sobre belo, estilo, estética, conceito de literário etc., como o do Ítalo Moriconi, “Circuitos contemporâneos do literário (indicações de pesquisa)”.<sup>4</sup>

Essa conversa apresenta parte da reflexão de Moriconi sobre o conceito de literário na atualidade. Para Moriconi, o processo material de criação da obra literária (ou obra de ficção), bem como a personalidade e a vida do autor desempenham papel determinante na divulgação, recepção de obras literárias (e artísticas) contemporâneas. Poderíamos aqui citar a presença do *website* do escritor Cristovão Tezza na orelha da contracapa do livro, após a breve informação biográfica. O culto à personalidade do autor e como esta aparece na obra estão implícitos nesse novo detalhe de algumas edições recentes. Como se, sob o aval da editora Record, o leitor obtivesse o endereço eletrônico de “um *website* oficial” – aos moldes de personalidades tornadas celebridades no mundo virtual, com inúmeros *websites* de fãs e com o respeitado *website* oficial.

*Se na esfera pública clássica, pré-midiática, o autor era um “ser de papel” (como dele disse*

*Barthes), ser virtual no sentido original da palavra virtual e não no sentido de virtual on line, hoje esse autor está disponível para apresentar seus materiais de trabalho, de tal maneira que a esfera do específico estético incorporou o making of como elemento de consideração. [...] Considero que textos de depoimentos de artistas e de entrevistas sobre suas trajetórias biomateriais constituem corpus que fazem parte do conceito de literário atualmente. É que faz parte da definição de arte e literatura o objeto que se coloca em cena como representação do processo material de criação, como simulacro de uma situação de enunciação.*<sup>5</sup>

Dispersa parcialmente da conversa, comecei a pensar sobre o meu adjetivo para aquela narrativa, aquele texto de ficção, texto literário, romance, romance autobiográfico. Sentei na frente do computador e comecei a escrever minha resenha. Meu adjetivo: sincero. Um livro sincero, um narrador sincero, uma história sincera. Sem pieguice, sem conquistas descritas em tom meloso, sem lágrimas fáceis de “histórias bonitas” – mas lágrimas sinceras de confissões que podem ser recebidas como um soco no estômago. A subversão de expectativas sociais em relação à paternidade: logo no início temos um pai que deseja secretamente a morte do filho assim que ele nasce. Durante todo o livro o leitor é confrontado com desejos e pensamentos ‘egoístas’ de um personagem, e esses fazem o leitor, a todo momento, pensar em seus desejos íntimos e secretos. A coragem aqui aparece nas revelações secas e cruéis dos desejos mais secretos de um personagem que não procura se redimir. E isso, para mim como leitora, é a força do romance. A preocupação do personagem em não se conformar, em não fazer parte de um sistema e em não ser mais um “idiota” é refletida na narrativa, que em nenhum momento se conforma aos moldes das narrativas “corajosas”.

*O filho eterno* é uma narrativa seca de desencantamento, em terceira pessoa, onde os personagens não têm nome, com exceção do filho, Felipe, e são chamados de “ele”, “o pai”, “a mulher”, “a mãe”, “a filha”, “a irmã”. Mesmo Felipe frequentemente aparece como “o filho” em contraposição ao “pai”. Não encontramos o lugar-comum, o apelo ao sentimento de pena e empatia, e, acredito, ser isso uma das qualidades de uma história que prende o leitor por não fornecer respostas e soluções óbvias, pelo contrário, a surpresa é uma constante durante a leitura. Percorremos a trajetória

do personagem pai e, dentro de sua história, acompanhamos a trajetória do personagem filho, Felipe. O treinamento neurológico nos primeiros anos de vida do filho é contrastado com o 'treinamento' do pai em relação às tentativas de publicar seus livros e as recusas das editoras:

*Eu também estou em treinamento, ele pensa, lembrando mais uma recusa de editora. A vida real começa a puxá-lo com violência para o chão, e ele ri imaginando-se no lugar do filho, coordenando braços e pernas para ficar em pé no mundo com um pouco mais de segurança (p. 130).*

O crescimento e o desenvolvimento do filho são percebidos pelo pai nas representações de papéis sociais que o filho se esforça em cumprir (p. 211). Ao mesmo tempo, o pai descobre a alegria que a rotina traz e a tranquilidade conquistada com papéis sociais como "o professor universitário", "o escritor".

"O pai começa a descobrir sinais de maturidade no seu Peter Pan e eles existem, mas sempre como representação" (p. 218). O espelho no qual ambos, pai e filho, se veem é o espelho que reflete a representação dos papéis sociais. A percepção de mimetismo social no filho não está muito distante dos papéis que o pai é solicitado a cumprir socialmente na universidade, na família, na escola do filho, no campeonato de natação e na apresentação de teatro do filho. A dificuldade do pai é tão grande quanto a dificuldade do filho. A criança que vive eternamente no presente aprende a responder ao que é solicitado dela socialmente. O pai provisório, que só pensava em viver o presente, também aprende. E aqui é revelado o escritor por trás da narrativa. A sutileza ao contar os episódios na vida do pai e do filho é alcançada no contar da história, pois não há momentos de avaliação e reflexão em que paralelos são explicitamente estabelecidos. Esse trabalho é reservado ao leitor. E nesse momento me veio à cabeça um texto do qual eu gosto muito: "Freud's Masterplot", de Peter Brooks.<sup>6</sup>

Nesse texto, Brooks cria uma "teoria da narrativa" baseada no que ele chama de "teoria da vida", criada por Freud em *Além do princípio do prazer* e baseada na leitura de Lacan dos conceitos freudianos de condensação e deslocamento, com seus análogos na linguagem, metáfora e metonímia, respectivamente. Se viver é a separação entre o nascimento e a morte, o meio da narrativa é o que separa o início do fim (sendo ambos, a morte e o fim, já presentes no nascimento e no

início do texto). Sendo assim, resta ao indivíduo e ao leitor percorrer esse caminho árduo e prazeroso, evitando atalhos. Para Brooks, o meio do texto (o texto em si) é o local onde alguma forma de energia textual é ativada pelo leitor na interação entre leitor e texto. Na ficção, o perigo dos atalhos e da "morte repentina" é tarefa do escritor criador da narrativa e do leitor, que precisa ligar as redes metonímicas para alcançar a metáfora. Acredito que há no romance de Tezza essa preocupação em não deixar o leitor "morrer de repente", ou, como indaga Roland Barthes sobre o prazer de ler, não abandonar o texto. E chego ao Barthes.

Em "Da leitura", Barthes questiona a existência de um prazer de leitura, um prazer de ler, e conclui que existem, pelo menos, "três vias pelas quais a Imagem de leitura pode capturar o sujeito-leitor": a) o estabelecimento de uma relação fetichista entre o leitor e o texto; b) "o prazer metonímico de toda narração"; e c) a leitura como condutora do desejo de escrever, desejo de Escrita.<sup>7</sup> A leitura de *O filho eterno* foi, para mim, uma leitura permeada pelos três desejos destacados por Barthes. Como sujeito-leitor, passei de um "dever de leitura" para as vias assinaladas por Barthes, e, pessoalmente, foi o "prazer metonímico" da narrativa de Cristovão Tezza que tornou a leitura especial, uma "leitura desejança".

#### Notas

<sup>1</sup> Thomas BERNHARD apud Cristovão TEZZA.

<sup>2</sup> Søren KIERKEGAARD apud TEZZA.

<sup>3</sup> Antoine COMPAGNON, 2001.

<sup>4</sup> Ítalo MORICONI, 2006.

<sup>5</sup> Ítalo MORICONI, 2006, p. 161-162.

<sup>6</sup> Peter BROOKS, 2007.

<sup>7</sup> Roland BARTHES, 1988, p. 49.

#### Referências bibliográficas

- BARTHES, Roland. "Da leitura". In: \_\_\_\_\_. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 43-52.
- BROOKS, Peter. "Freud's Masterplot". In: RICHTER, David H. (Ed.). *The Critical Tradition*. Boston: Bedford; St. Martin's, 2007. p. 1161-1171.
- COMPAGNON, Antoine. "O valor". In: \_\_\_\_\_. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: UFMG, 2001. p. 225-255.
- MORICONI, Ítalo. "Circuitos contemporâneos do literário (indicações de pesquisa)". *Revista Gragoatá*, Niterói, n. 20, p. 147-163, 1. sem. 2006.

Marina Barbosa de Almeida ■  
Universidade Federal de Santa Catarina

# Família no plural: o grande desafio das políticas sociais na contemporaneidade

*Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais.*

BORGES, Ângela; CASTRO, Mary Garcia (Orgs.).

São Paulo: Paulinas, 2007.

Os cinco artigos que compõem o livro *Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais*, em diferentes linhas de pensamento e com diferentes abordagens, trazem à reflexão questões extremamente importantes para pensarmos a sociedade contemporânea, em especial, as políticas públicas no Brasil. As discussões desse livro levam em consideração uma questão extremamente importante para as políticas públicas contemporâneas, a questão de que a instituição "família" não morreu, mas no lugar da família, tratada durante muito tempo no singular, ressaltam-se outros arranjos familiares, que fazem com que as famílias, na contemporaneidade, sejam tratadas exatamente assim, no plural.

Diante das inúmeras mudanças e transformações dos séculos XX e XXI, novos parâmetros nas relações de gênero e de gerações surgem e são cada vez mais fortificados, da mesma forma surgem e intensificam-se novos e variados arranjos familiares. Os estudos científicos sobre o tema família caminharam a passos lentos até efetivamente fazerem parte das abordagens acadêmicas no Brasil, da mesma forma caminham as políticas sociais voltadas para a família que não acompanham efetivamente as mudanças pelas quais estas vêm passando e, principalmente, não assistem de maneira eficiente os diferentes e variados arranjos familiares existentes na atualidade.

Nessa perspectiva, grande parte dos artigos do livro relata a importância de as perspectivas de gênero e gerações serem consideradas nos estudos sobre famílias contemporâneas, além de outras categorias

sociais importantes, como classe e raça/etnia, que devem ser, nesse caso, entrelaçadas ou trabalhadas em uma perspectiva de interseccionalidade. Dessa forma, estudos e pesquisas voltados à pluralidade das famílias brasileiras podem influenciar o surgimento de novas políticas sociais, que permitam compreender mais claramente e atender mais efetivamente as famílias brasileiras na contemporaneidade.

O artigo de abertura do livro, escrito pelo sociólogo italiano Sergio Belardinelli, assume uma postura diferente dos demais textos publicados, pois não se baseia diretamente em dados de pesquisas científicas, estando muito mais próximo de um artigo de opinião. Belardinelli faz uma crítica aos autores Giddens e Beck, a partir do questionamento de conceitos como o de "relações puras" e o de "família pós-familiar". É dentro de uma perspectiva funcionalista, que percebe a família como uma instituição social com funções delimitadas, que Belardinelli defende o conceito de "família tradicional", formada por um casal heterossexual com filhos. Para o autor, apesar das variadas formas de união – frutos de uma sociedade liberal que favorece as individualidades –, apenas a família tradicional deve ser realmente considerada família e deve ser privilegiada pelo Estado Liberal, pois apenas ela pode assumir as funções sociais de reprodução e de sociabilidades das crianças, sendo assim um capital social valioso. Segundo Belardinelli, a predileção desse modelo familiar diante dos outros é a única forma de manter um Estado com valores pluralistas e respeitosos das liberdades individuais.

O artigo seguinte, de autoria das pesquisadoras Mary Garcia Castro, Marlene Barreto S. Miranda e Nadir Oliveira Galvão Leite de Almeida, dá início, efetivamente, ao que parece ser a ideia principal do livro, discutir, a partir de estudos e pesquisas acadêmicas, as relações familiares na atualidade, levando em consideração categorias sociais como gênero e gerações. Ao discutir, a partir de dados de pesquisas realizadas no Brasil na atualidade, os comportamentos e as percepções de jovens e seus pais diante da sexualidade juvenil, principalmente com relação a fatores como iniciação sexual, as autoras privilegiam as duas categorias citadas no título do livro. Os resultados

das pesquisas trazem reflexões importantes principalmente no ponto de vista das relações de gênero, já que, segundo as autoras, na contemporaneidade tradição e modernidade andam lado a lado no que se refere à sexualidade, e mesmo uma orientação familiar considerada “moderna” suporta elementos “tradicionais”, que pesam, ainda na atualidade, muito mais sobre o gênero feminino do que sobre o masculino. Com base nesses estudos, as autoras chegam à conclusão de que a sexualidade é um dos temas mais difíceis entre a família e os jovens, pois está no meio de confrontos geracionais e de gênero.

O terceiro artigo, escrito por Alda Britto da Motta, também aborda a categoria gênero e, principalmente, a categoria geração ao discutir as relações geracionais existentes na família contemporânea, abordando principalmente os/as idosos/as. Partindo de uma ampla revisão de literatura sobre o tema, e de dados de pesquisas realizadas no Brasil, Motta dá ênfase, em seu trabalho, ao processo de envelhecimento e a cada vez mais crescente longevidade e suas implicações nas relações familiares e na vida social. Para a autora, surgem novas configurações nos ciclos de vida que ampliam as alternativas de vivências e que tornam as opções de arranjos familiares quase ilimitadas. Dentro dessa perspectiva, a autora ressalta a importância social dos idosos diante da manutenção de suas famílias, e nesse sentido enfatiza a posição das idosas, mulheres, que assumem em maior número a chefia da casa/família. Esse fato, segundo Motta, acontece devido à omissão e negligência do Estado e suas políticas públicas com relação à família e aos jovens. Em virtude dessa realidade, a autora ressalta a importância de uma regulação justa das aposentadorias no Brasil. Motta chama atenção para as diferenças entre os idosos, que vão além das distinções de gênero, classe e raça/etnia. Utilizando-se do conceito de *habitus*, adotado por Bourdieu, a autora defende a existência de diferenças geracionais entre os idosos.

No quarto capítulo, Márcia S. Macêdo, importante estudiosa sobre chefia familiar feminina no Brasil, traz algumas reflexões teóricas sobre esse campo de análise. A autora defende a categoria gênero como essencial para os estudos de família, porém, explicita sua vinculação a uma perspectiva relacional que pensa a vida social a partir da interação de categorias como gênero, classe, raça/etnia e idade/geração.

Todavia, a autora dá importância especial à categoria gênero em seu trabalho, colo-

cando-a numa posição central para os estudos de família. Para ela, a perspectiva de gênero vai além das posições sociais exercidas por homens e mulheres, explica as relações sociais pautadas por essas diferenciações. Segundo ela, essa perspectiva possibilita o maior entendimento das diversidades familiares na contemporaneidade. Macêdo, dessa forma, dá maior atenção às famílias chefiadas por mulheres, que, para ela, não são uma “nova realidade”, mas, por terem sido expandidas recentemente, em todos os níveis sociais, principalmente entre as camadas médias, vêm tendo ampla visibilidade. Mostra-se claro, porém, que esse arranjo acontece de maneira mais expressiva entre a população mais empobrecida e é fruto de inúmeros fatores sociais. Nessa perspectiva, a autora critica a ideia tão amplamente difundida de “feminização da pobreza”, que, para ela, associa negativamente a chefia feminina e a pobreza. Essa perspectiva oferece uma análise simplificada e desconsidera importantes fatores das relações de gênero, como a desvantagem feminina com relação ao mercado de trabalho, além do ainda atual enfrentamento de barreiras culturais e da adoção de uma dupla jornada de trabalho pelas mulheres – nos âmbitos da produção e da reprodução. Para Macêdo, outros indicadores de bem-estar não são considerados por essa análise, já que a realidade mostra que a maior parte do rendimento das mulheres chefes de família é destinada à manutenção do lar.

Os dois últimos artigos versam em torno da discussão sobre a necessidade de implementação de políticas sociais e políticas públicas que atendam mais efetivamente as diversidades de arranjos familiares no Brasil contemporâneo.

O artigo de Ângela Borges, o quinto do livro, propõe-se a falar do que ela chama de “os impactos da reestruturação do capitalismo no final do século XX” sobre a sociedade brasileira, especialmente sobre os que vivem do trabalho. Para a autora, esses impactos repercutem em toda a vida social, inclusive nas famílias, que, entre outros fatores, devido a essa reestruturação, devem adaptar-se continuamente ao mercado de trabalho e às condições impostas por ele, o que ocasiona constantes rearranjos das formas familiares, principalmente em um país como o Brasil, onde, historicamente, segundo Borges, há uma grande fragilidade nas políticas de proteção social. A autora baseia-se em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, realizada na Região Metropolitana de Salvador. Segundo ela,

fundamentando-se essencialmente nos dados coletados nessa região do país, as mudanças nas formas familiares tornam-se cada vez mais expressivas nesse processo de reestruturação do Estado, principalmente com o desemprego elevado dos homens e a entrada das mulheres no mercado de trabalho. Segundo a autora, o impacto da reestruturação produtiva pode ser amplamente percebido, além de outros fatores, ao interferir na capacidade de provisão e cuidados da família, essenciais para o bem-estar de seus membros. Para ela, um dos pilares para a provisão desses cuidados é o trabalho doméstico não remunerado, que é de grande importância, porém, socialmente desvalorizado. Esse trabalho, que é historicamente reconhecido como um papel feminino, ainda é exercido em maior parte pelas mulheres, apesar de sua entrada no mercado de trabalho, o que causa problemas em sua qualidade de vida. Para Borges, a mudança dessa situação tem que partir do Estado, já que as políticas sociais no Brasil são limitadas e baseadas na existência de um membro da família (mulher) que mantenha um trabalho de cuidado, não levando em consideração inúmeros fatores essenciais, como a participação cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho.

O último texto, escrito por Giancarlo Petrini, dá continuação a discussões de outros artigos do livro, principalmente no que se refere às políticas sociais. Enfatiza as transformações sofridas pela família na contemporaneidade e sua diversidade de arranjos, fugindo de qualquer vínculo com modelos tradicionais. Para Petrini, as novas famílias têm uma disposição muito maior a convívios democráticos e igualitá-

rias, tanto nas relações de gênero como geracionais, e as inovações tecnológicas deram outro sentido à sexualidade e, conseqüentemente, às famílias, visto que a maternidade tornou-se fator de escolha. Outras mudanças no campo cultural fizeram com que a família passasse a ser vista muito mais como uma relação entre diferentes indivíduos. Diante dessa perspectiva, a família assume um caráter de desinstitucionalização, porém, para Petrini, essas mudanças podem contribuir para “tornar fracas as redes da solidariedade familiar, mais frágeis os vínculos de pretensa recíproca [...] menos importantes as relações de parentesco” (p. 216). Assim, o que o autor chama de “polo da integração”, existente nas famílias “tradicionais”, é substituído nas formas familiares modernas pelo “polo da autoafirmação” e de uma cultura do individualismo. Para Petrini, no Brasil, tradicionalmente as políticas públicas são voltadas para os indivíduos e é necessário que se criem políticas de atendimento às famílias como um conjunto. Para o autor, a administração pública no Brasil preocupa-se com outros fatores, não com a família. E, apesar de algumas iniciativas serem voltadas para a família, elas não são vinculadas, não apresentam uma integração e deixam de surtir os efeitos necessários, sendo em sua maioria políticas emergenciais. Para ele, as famílias não são suficientemente compreendidas e, apesar das diversidades entre elas, é necessário encontrar um ponto em comum para o investimento em políticas que, para ele, fossem “políticas familiares”.

Sara Simas ■  
Universidade de Brasília

## Gênero, artefato e a constituição do lar: o caso paulistano

*Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material – São Paulo, 1870-1920.*

CARVALHO, Vânia Carneiro de.

São Paulo: Edusp; Fapesp, 2008. 368 p.

Não é novidade, nos estudos historiográficos, a utilização da cultura material como ferramenta para se acessar, observar, analisar e inferir o passado. Também não é novidade a preocupação das ciências humanas com o ambiente doméstico quando seu foco de análise é o cotidiano, e, com o *boom* dos estudos sobre mulheres e gênero, fica complicado ignorar a feminização dessas esferas, sugerida como natural.

Dialogando com esses aspectos, o trabalho de Vânia Carneiro de Carvalho nos traz, por meio de uma escrita leve e delicada – ainda que densa –, o que aparentemente seria uma história da formação e do estabelecimento do gosto por decoração e consumo da incipiente burguesia paulistana. De fato seu livro faz essa história, associando fortemente hábitos de consumo com esforços de distinção de uma classe que, ainda que possa ser enquadrada no que se entende como classe dominante, não é filha de fortes tradições de demonstrações públicas de *status*.<sup>1</sup> Entretanto, durante a leitura percebemos que a escolha das fontes, da teoria e da metodologia no trabalho levar-nos-á por outros caminhos.

Adaptação de tese de doutorado defendida em 2001 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), a obra faz uso da cultura material para além de análises clássicas dos artefatos: seja em seu aspecto puramente funcional, como reflexo de questões maiores alheias aos objetos, ou mesmo com relação à pura e simples representação de *status*. Acompanhando preocupações atuais no campo, a autora trabalha com o que pode ser chamada de “agência dos artefatos”, sua capacidade de produzir efeitos; de não apenas moldar as pessoas, mas ser parte integrante e necessária de sua constituição. E logo no prefácio se apresenta de forma clara o foco dessa análise: “o relacionamento simbiótico entre objetos domésticos e formação de identidades sociais diferenciadas pelo gênero”,<sup>2</sup> lembrando que “tão-só existe objeto para um sujeito”.<sup>3</sup>

Ao mesmo tempo que a análise dialoga com teorias pós-estruturalistas ou pós-modernas, que podem ser observadas de forma mais marcada não apenas nas análises de gênero (sempre destacando seu aspecto relacional), mas também em preocupações com a corporalidade e a constituição do sujeito de forma mais ampla, a história social, tão forte no Departamento de História da USP, também mostra seu lugar na obra, que parece ser um resultado interessante de uma espécie de “meio-caminho” entre história cultural e social. Sua ampla gama de fontes assim como a interdisciplinaridade – fazendo uso principalmente do urbanismo – vêm nos lembrar disso em vários momentos da leitura, assim como a análise que muitas vezes parece oscilar entre um extremo e outro dessas vertentes.

Dividindo a obra em cinco capítulos, a autora lança um dos aportes de sua análise em “Ações centrípetas e centrífugas: individualidades

sexuadas”. Nesse primeiro capítulo, ela diferencia as ações centrípetas masculinas das ações centrífugas femininas. As primeiras definiriam

objetos que “buscam” o centro, no qual se encontra a figura substantiva do homem. Há, portanto, uma hierarquia centralizadora entre pessoas e objetos, na qual os atributos dos objetos nunca sobrepujam o homem, ao contrário, eles servem para desenhar a personalidade de gênero de maneira individualizadora [...] (p. 43).

Assim, a masculinidade estaria voltada para a máxima individualização, enquanto a feminilidade estaria no seu oposto, em um fenômeno de despersonalização feminina no qual a mulher estaria em harmonia, de alguma forma fundida, camuflada no ambiente – doméstico – que a rodeia. Nesse sentido, a ação centrífuga feminina significaria “uma forma abrangente e difusa de produção de representações femininas no espaço doméstico, [que] inclui ativamente o corpo na constituição de sua identidade. O resultado disso é uma continuidade entre corpo, objeto e espaço da casa [...]” (p. 224).<sup>4</sup> Dessa forma, a individualidade da mulher estaria limitada à individualidade da família que ela representa.

No segundo capítulo, “Espaços e representações de gênero: um campo operatório”, descrevem-se os diferentes cômodos de um sobrado ou palacete paulistano da virada do século XIX para o XX, de forma a mostrar, a partir de objetos, fotografias e recomendações de decoração em publicidade e artigos de revistas femininas, a generificação dos ambientes. Sóbrios e confortáveis, de tradição inglesa, os ambientes masculinos como a sala de jantar, o *hall* e em última instância o escritório se opõem aos ambientes femininos, que copiam a exuberância da decoração francesa, como a sala de visitas e o quarto feminino. A autora ressalta que essa espécie de divisão por gênero da casa não significava necessariamente a limitação de circulação das pessoas pelos espaços, estando muito mais ligada aos valores que se tentava associar a um ou outro ambiente.

Nesse momento da leitura nos surpreendemos com nosso olhar do presente, tão acostumado a buscar pela cozinha quando se fala em ambientes femininos. Diferentemente do que se podia observar nos lares norte-americanos, onde o emprego doméstico não era tão acessível, a cozinha era, no Brasil, um espaço da criadagem no qual não havia interesse em se investir. Isso inclusive devido à herança colonial de desvalorização do trabalho manual, a qual

fazia com que as mulheres brasileiras abastadas se dedicassem a bordados e pinturas (além de filantropia, visitas a lojas e cafés, teatros; consumo de uma forma mais ampla), trabalhos considerados artísticos que não as associariam com escravas ou mestiças empobrecidas. Assim, enquanto as mulheres burguesas norte-americanas já consumiam de forma ampla eletrodomésticos variados a fim de amenizar sua difícil função de cuidar de todo o trabalho doméstico sozinhas, a dita modernização da cozinha paulistana se deu muito mais por pressões médico-higienistas e, no caso específico do fogão a gás, por interesses econômicos de uma multinacional distribuidora de energia, como a autora vem tratar nos últimos capítulos.

A corporalidade e sua constituição voltada, reciprocamente, à cultura material são o foco expresso do Capítulo 3: "Representações e ações corporais: a ubiqüidade do gênero". Por meio de vestígios de formas de descrever, olhar, comer ou sentar-se, a autora busca a construção de subjetividades e a concepção do sujeito dentro de uma visão de mundo muito embasada no romantismo. É o momento do livro em que a literatura como fonte histórica aparece com mais força, a partir de José de Alencar e Machado de Assis. É um momento interessante também para reparar como, na busca por representações e modos de vida fortemente calcados na simbologia, o cotidiano possa ser encontrado na formalidade, quer dizer, observando-se pessoas educadas segundo modos europeus, treinadas desde muito cedo pela etiqueta e envolvidas de forma profunda na autorreflexão, a pose para um retrato, por exemplo, não é uma representação absolutamente ímpar ao cotidiano, digamos assim, real, ainda que o acontecimento de se posar para o retrato não seja regular. Os modos de se mover, de agir, a postura, o olhar, treinados e educados, fortemente genericados, são parte constituinte do sujeito. O olhar da autora sobre o disciplinamento dos corpos no mundo urbano parece ser guiado por Richard Sennett<sup>5</sup> e, principalmente, por Michel Foucault.<sup>6</sup>

Apesar de a pesquisa se concentrar em um grupo social específico, a burguesia paulistana em um recorte temporal também específico, de 1870 a 1920, os documentos mostram que as recomendações sobre moral e costumes, mesmo dentro dessa espécie de microcosmo, não eram unívocas. Em oposição à vida de vitrine das conquistas do provedor, fosse ele marido ou pai, levantam-se vozes que clamam pela necessidade de permanência da mulher

na casa, onde seria seu lugar natural. Somente em casa ela seria capaz de desempenhar seu verdadeiro papel, muito mais importante que os compromissos sociais com filantropia, nos cafés ou jogos de tênis: zelar pela felicidade familiar. No Capítulo 4, "Casa *VERSUS* rua: a conspicuidade feminina e o trabalho doméstico", a autora nos traz descrições da rotina doméstica das mulheres burguesas, percebendo variações no que seria um padrão de comportamento aceitável para essas mulheres.

Já no século XX parece que a racionalização da rotina doméstica ganha muita força em São Paulo, e a figura da esposa burguesa asseada em oposição à esposa colonial preguiçosa é marcante. A tradição colonial é desprezada como barbárie, e a higiene vira ponto forte de preocupação dentro dos lares. Seguindo toda a onda higienista, que tenta resolver os problemas de saúde dos grandes aglomerados urbanos, a decoração das casas começa a sofrer grandes modificações, uma vez que as cortinas pesadas, que não permitiam que o ar circulasse, e a grande quantidade de objetos de decoração dos mais variados, que facilitavam em muito o acúmulo de pó, não eram condizentes com as recomendações médicas. Nessa época, também a cozinha começa a ganhar alguma atenção, em comparação com consultórios médicos. Seu piso de terra batida é substituído por azulejos, assim como todas as superfícies que devem ser de fácil desinfecção; os panos agora são pendurados em ganchos; os alimentos são acondicionados segundo rígidas regras de higiene etc. A cozinha passa a ser entendida como o "laboratório da família", e cuidados nesse ambiente são então indispensáveis para que a saúde e a felicidade possam estar presentes nos lares. Claro que as mudanças não ocorrem simultaneamente em todas as casas, que eram também diferentes entre si. Como todos os padrões de conduta, essas mudanças fazem parte de um padrão. Porém, é interessante observar como em revistas femininas encontram-se recomendações inclusive para as classes ditas remediadas e desfavorecidas, lembrando que o conforto de quem não tem luxo seriam a ordem e a limpeza.

No Capítulo 5, que finaliza o livro, "A felicidade como conforto: bem-estar, domesticidade e gênero", a autora se volta para os lares não abastados com maior ênfase, e também insiste no que pode ser considerada uma das hipóteses centrais de sua pesquisa: a decoração, a criação de ambientes no lar que

transmitam efeitos opostos à vida dura e competitiva na rua, existe para o homem, não para a mulher(!). Questionando o privado como reino da mulher, Vânia Carneiro de Carvalho nos lembra de que o homem não somente se socializa no lar, como a própria constituição do lar como espaço de conforto e paz, de santuário alheio ao competitivo e bruto “mundo lá fora”, existe para servir ao homem. Todo o esforço dessas mulheres abastadas para decorar suas casas, a fim de que nos mínimos detalhes o espaço transmita o que a autora chama de conforto visual, faz parte do papel social e culturalmente designado a essas mulheres como mediadoras.

Dessa forma, levanta-se outra questão de suma importância que é o fato de que a decoração, que faz parte de todo o empenho mediador das mulheres na busca pela produção de felicidade familiar, é parte do trabalho doméstico. E no caso das mulheres observadas nas fontes, é a principal parte. É importante ressaltar esse fator porque as análises muitas vezes não consideram as mulheres abastadas como responsáveis pelo trabalho doméstico, uma vez que são empregadas e empregados que executam esse trabalho em suas casas. Porém, a responsabilidade<sup>7</sup> pelo bom andamento do trabalho, pelo perfeito funcionamento do lar, assim como a preparação de eventos importantes para seu meio social (como no caso dos jantares) recaem sobre essas mulheres, que ocupam todo o seu dia com a administração do trabalho dos outros, o consumo e o que hoje chamaríamos de decoração e artesanato.

Falando sobre como as classes médias consumiram mais rapidamente os modelos de decoração mais “limpos” importados dos EUA, por esses serem reproduzidos mais facilmente por seus preços reduzidos, a autora termina o livro nos lembrando do dilema da dona de casa moderna, que precisa se dividir entre os pesados afazeres exigidos pela casa e a boa aparência e delicadeza “necessárias e naturais ao seu sexo”. Apesar de descrições muito interessantes e minuciosas sobre o cotidiano dentro dos lares, alguns pontos de conflito ou dissonâncias como esse poderiam aparecer mais na análise. Não se comenta – ou talvez as referências escolhidas não levantem o tema – sobre mulheres endinheiradas que não se enquadravam muito bem nem como boas donas de casa, nem como consumidoras crônicas. Não se fala em mulheres mais envolvidas com a intelectualidade, ou preocupadas com os direitos civis femininos. Ainda que se comente um pouco

sobre as mulheres que trabalhavam como criadas, e um pouco também sobre os lares empobrecidos, em nenhum momento as mulheres de classes ao menos remediadas que trabalhavam, como as que escreviam nas revistas femininas, são citadas (daí talvez o uso comum do termo “mulher” na obra, em vez de “mulheres”). Sua presença e sua relação com os artefatos poderiam enriquecer esse trabalho.

Ainda assim, à sua maneira o livro pode instigar discussões, inclusive atuais, sobre a questão do trabalho doméstico feminino e a associação das mulheres ao espaço privado. Ele também é importante pois nos chama a atenção para a associação das mulheres abastadas com o lar, que muitas vezes é negligenciada por elas não serem “as grandes vítimas dessa situação”, lugar dedicado às mulheres trabalhadoras de dupla ou tripla jornada.

As ricas e numerosas – são 157 – ilustrações do livro nos lembram do cargo ocupado pela autora no Museu Paulista da USP, remetendo-nos à sensação de visita ao museu. A leitura associada às fontes iconográficas parece nos imergir num mundo que, ainda que com referências próximas ao nosso e com preocupações contemporâneas – como é o caso da análise de gênero –, é outro mundo. É como se o livro oferecesse ao/à leitor/a um pouco dos prazeres do ofício de historiador/a, quando encontramos nas fontes uma espécie de pequena janela para espiar do nosso tempo, nunca permitindo anacronismos, mas de maneira apaixonante, esse mundo que deixou vestígios mas não existe mais. Característica comum aos bons livros de história.

## Notas

<sup>1</sup> Ainda que a questão da ‘falta de tradição’ da burguesia em oposição à aristocracia, nos momentos em que a primeira vem se estabelecendo como classe dominante hegemônica no mundo Ocidental, tenha aspectos profundamente diferenciados no que se refere ao Brasil em comparação à Europa industrializada ou à América do Norte, o fenômeno é de alguma forma comum (p. 220).

<sup>2</sup> Ulpiano Toledo Bezerra de MENEZES, 2008, p. 13.

<sup>3</sup> MENEZES, 2008, p. 13.

<sup>4</sup> Ainda que apresentado no começo do livro, o termo é retomado durante a análise, e essa definição foi retirada do quarto capítulo.

<sup>5</sup> Richard SENNETT, 1997.

<sup>6</sup> Michel FOUCAULT, 1977.

<sup>7</sup> Suely Gomes Costa comenta as responsabilidades das mulheres mais abastadas ao observar como parte dessas responsabilidades pode ser transferida a mulheres contratadas, o que ela chama de “maternidade transferida” (COSTA, 2002).

### Referências bibliográficas

COSTA, Suely Gomes. "Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 301-309, 2002.

FOUCAULT, Michel. "Os corpos dóceis". In: \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977. p. 125-152.

MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. "Prefácio". In: CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e*

*artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material – São Paulo, 1870-1920*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2008. p. 11-14.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

Soraia Carolina de Mello ■  
Universidade Federal de Santa Catarina